



V Assembléia Plenária

Bogotá, Colômbia, 19 a 21 de novembro de 2006

RELATÓRIO FINAL

Grupo de Trabalho Nº 3 : A Luta contra o Tráfico de Drogas

Na cidade de Bogotá (Colômbia), os dias 19 e 20 de novembro, reuniu-se o Grupo de Trabalho contra o Tráfico de Drogas, no marco da V Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) na Sede do Congresso e da Comissão de Política Exterior e Defesa Nacional do Senado da Colômbia. A esta reunião assistiram delegados de 8 países de toda a América.

Como presidenta do Grupo, atuou a senadora de Barbados, Sandra Husbands e como relator, o Senhor Felipe Ortiz, Secretário Geral da Comissão de Política Exterior e Defesa Nacional do Senado da Colômbia.

Dando início à sessão, a Presidenta do grupo fez uma exposição geral do tema e explicou as regras que seriam seguidas na reunião, logo, concedeu a palavra ao Doutor Sandro Calvani, especialista no tema e representante do escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (UNODC).

O Dr. Calvani se referiu ao tema das recentes tendências da problemática das Drogas ilícitas na América e ao relatório mundial sobre drogas de 2006, que mostra uma população de aproximadamente 200 milhões de pessoas que têm consumido drogas durante o último ano, representando um incremento de 15 milhões de pessoas em relação ao ano anterior.

1. No caso do ópio e da heroína, os cultivos sofreram uma diminuição das áreas de plantio. Na América Latina essa redução foi significativa, graças à ação de governos como o da Colômbia e do México. Da mesma forma, houve uma diminuição no seu comércio de 7% para 4% nos envios dirigidos aos Estados Unidos.
2. No tocante à coca, as áreas de plantio têm diminuído na Colômbia, porém, não ocorreu o mesmo no Peru e na Bolívia. A produção de cocaína tem se mantido estável e o tráfico tem sido combatido, especialmente pela Colômbia que registra o maior número de apreensões.
3. Quanto à produção de estimulantes de tipo anfetamínico (ATS), a maioria do êxtase continua sendo fabricado na Europa e sua produção tem se estabilizado devido às leis de cooperação. O tráfico destes estimulantes tem sido fortemente combatido, chegando a um número importante de toneladas apreendidas. Porém, cerca de 25 milhões de pessoas no mundo continuam consumindo esta classe de estimulantes.

4. No referente ao cannabis ou maconha, é a droga que mais se produz, trafica e consome no mundo. A tendência no mundo é de crescimento do consumo, assim como também do tráfico.

O desenvolvimento alternativo é definido como uma estratégia de fiscalização que tem como objetivo reduzir ou eliminar a oferta de drogas derivadas de plantas cultivadas ilicitamente.

Na Colômbia, no Peru e na Bolívia, os governos adotaram medidas quanto ao desenvolvimento alternativo, utilizando seus próprios recursos, melhorando e gerando – cada vez mais – as condições de investimento nas zonas de cultivos ilícitos.

DEBATES:

Durante as sessões de trabalho, os parlamentares participaram ativamente no debate, trocando diferentes idéias. Os temas debatidos foram os seguintes:

I. Drogas Legais: tabaco e álcool

Com relação a este tema, indicou-se que vários países têm implementado restrições ao consumo destas substâncias, especialmente quanto ao consumo de tabaco em lugares públicos e ao consumo de álcool por menores.

Da mesma forma, comentou-se que o consumo destas drogas tem uma forte sanção social. Também foi comentado que existe uma correlação entre o uso de drogas lícitas e ilícitas e a criminalidade e uma correlação entre o consumo de drogas e o HIV/AIDS.

II. Drogas Ilegais: cannabis, cocaína, heroína e opiáceas e estimulantes anfetamínicos

Ao iniciar-se a discussão deste tema, alguns países manifestam que os recursos devem ser gastos na prevenção contra o consumo da droga. Isto faz muito sentido, pois dentro da estratégia antidrogas hemisférica considera-se a demanda como uma força que impulsiona a produção e o tráfico de drogas. Para isto, programas educativos a nível escolar, familiar, comunitário, penal, de gênero, crianças e população étnica desprotegida – entre outros – devem ser implementados.

1. Econômicos

a. Desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento

Estabeleceu-se que existe uma correlação entre o subdesenvolvimento econômico dos países e o potencial da proliferação das drogas ilícitas, e a vulnerabilidade dos países quando se trata de corrupção e de tornar-se lugar de transbordo.

Tudo isto gera a necessidade de voltar a analisar o atual modelo econômico em nível internacional, o qual retarda o crescimento econômico dos países. Há necessidade de suporte em nível de comércio internacional. São necessários acordos comerciais que fomentem o desenvolvimento econômico, como o acesso a mercados para os produtos dos países em desenvolvimento, preços justos, e regras ou normas de comércio que considerem as realidades de cada país.

Foi colocado que em alguns países, o campo tem sido atingido por dificuldades de exportação de seus produtos para os mercados internacionais. Solicita-se que este modelo seja modificado, para que o setor rural dos países em desenvolvimento das Américas não seja atingido.

Manifesta-se a necessidade de fortalecer a infra-estrutura dos países produtores, de modo que o campo não possa ser aproveitado pelos narcotraficantes para sua produção. Para este caso, propôs-se que os países desenvolvidos destinem alguns recursos para ajudar aos países produtores.

Na reunião se propõe que os subsídios agropecuários dos países consumidores sejam destinados para os agricultores rurais dos países produtores.

b. Produção Alternativa

A produção alternativa se apresenta como um desafio, porém, não como uma solução na erradicação por completo dos cultivos ilícitos; é por isto que existe a necessidade de um esforço conjunto e continental, com a finalidade de promover os cultivos alternativos em zonas afetadas pelo narcotráfico.

i. Estratégia de substituição de cultivos: subsídios

Deve-se tender à consecução de certificados, selos e etiquetas que facilitem o acesso aos mercados internacionais.

2. Sociais e educação

a. Programas educativos a jovens para evitar o consumo: programa educativo decidido internacionalmente nas Américas

Quanto a isto, solicita-se um compromisso hemisférico para apoiar as reformas educativas necessárias para evitar o consumo de drogas, como foi explicado no caso da Holanda.

b. Programas nos meios de comunicação com recursos de bens apreendidos

A criação de programas de redistribuição dos bens apreendidos é uma prioridade a nível continental pois é uma fonte de financiamento de programas de luta contra o narcotráfico e programas de desenvolvimento social.

3. Legais e de Segurança

a. Tribunal Internacional contra a Droga

Como um mecanismo eficiente que fortaleça a luta interamericana contra as drogas, um tribunal interamericano é considerado - pelo grupo de trabalho - um mecanismo importante.

b. Legislação Continental contra a Droga

i. Legislação contra a lavagem de ativos

Manifesta-se a necessidade de fortalecer a legislação internacional para controlar o fluxo de ativos a través do sistema financeiro, além de aumentar as penas e os resultados policiais neste âmbito.

ii. Legislação de interdição

Faz-se necessário fortalecer programas internacionais de interdição contra o narcotráfico através dos organismos competentes dos países, seja com os instrumentos da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou com um instrumento novo.

c. Luta contra a corrupção

Existe um forte vínculo entre o tráfico de drogas e a corrupção, portanto deve haver um maior controle desta última em toda a América.

d. Apoio internacional na interdição (transbordo)

Diante deste tema, os países que se consideram como trânsito dos traficantes de droga, manifestam sua necessidade de receber apoio por parte dos países mais desenvolvidos para realizarem a interdição.

e. Cooperação judicial e intercâmbio de informação na luta contra o delito.

Conclusões

O desenvolvimento alternativo como estratégia requer para sua eficácia que os estados garantam sua presença e condições de segurança nas zonas de implementação.

Os países afetados por grandes zonas de cultivos ilícitos devem consolidar suas políticas nacionais e realizar as mudanças necessárias, para facilitar e permitir a aplicação de programas alternativos, com a finalidade de reduzir as dimensões do problema e atenuar seu impacto na economia. Estas reformas deverão gerar um melhor panorama de investimento e comercialização dos produtos agrícolas provenientes das zonas de desenvolvimento alternativo.

Os programas de desenvolvimento alternativo não conseguirão seus objetivos sem o apoio ativo e efetivo das autoridades locais, nacionais e da comunidade internacional, razão pela qual, é necessário envolvê-las para que participem de forma coordenada e que ajudem no desenvolvimento de políticas sociais e econômicas, que permitam o acesso aos mercados dos produtos e serviços, de produtos provenientes de zonas de desenvolvimento alternativo.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006

ECONÔMICAS:

1. Incentiva-se os parlamentares para que trabalhem ativamente em seus próprios países e no cenário internacional, para promover acordos multilaterais de comércio, que visem uma mudança na ordem econômica.
2. Os países devem trabalhar internamente para obter o financiamento e os recursos necessários para estabelecer programas de substituição de cultivos e de fomento de empregos, os quais permitirão diminuir as desigualdades sociais nas nações.
3. Para aumentar as possibilidades de sucesso da substituição de cultivos nestes programas, devem ser incluídos aspectos de capacitação, segurança alimentar, transporte e acesso a mercados, com o objetivo de evitar a reincidência.

SOCIAIS:

4. Tendo em conta que a demanda é uma força poderosa que impulsiona a produção, fato que é reconhecido na estratégia hemisférica da luta contra as drogas, recomenda-se que sejam elaborados programas educativos a nível escolar, familiar, comunitário, de gênero, étnico e para os menores, nos quais se estabeleçam novos valores que evitem o consumo de drogas.

5. Assim mesmo, recomenda-se aos meios de comunicação ter cuidado no uso de imagens que criam ícones falsos e fomentam a violência e o consumo de entorpecentes. Por conseguinte, incentiva-se a responsabilidade dos meios e sua participação ativa na luta contra o tráfico de drogas e a criação de condições que não estimulem violência e abuso de substâncias alucinógenas.
6. Recomenda-se a convocatória de um fórum internacional, para tratar o papel dos meios na formação de valores que facilitem a luta contra as drogas.
7. Recomenda-se que os parlamentares procurem reformar o sistema educativo, para fortalecer o ensino de valores e o não uso destas substâncias nocivas.
8. Deve haver uma maior participação dos parlamentares na discussão de valores sociais e procurar a promoção efetiva do Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Droga.

LEGAIS E DE SEGURANÇA:

9. Os parlamentares devem fomentar e procurar que os países atualizem suas legislações penais, procurando a harmonização destas normas conforme se tentou na América Latina no fim do século passado. Nesta legislação-padrão, devem ser criminalizadas atividades como: o tráfico ilícito de drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transporte e transbordo de drogas ilícitas. Para os casos de consumo, recomendamos com firmeza que deve existir uma pena gradual.
10. Os parlamentares promoverão e procurarão que seja convocada uma reunião em vínculo com a OEA e a Organização das Nações Unidas, onde se discuta a criação de um Tribunal Interamericano e Internacional contra as Drogas, assim como uma entidade com funções de interdição.
11. Propõe-se procurar um fortalecimento e um maior apoio internacional para os países que devem enfrentar as drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transbordo destas substâncias.
12. Recomenda-se aos parlamentos membros do FIPA impulsionar em seus países o plano de luta contra as drogas das Nações Unidas.

Sandra Husbands

Senadora de Barbados

Presidente do Grupo de trabalho no.3

Felipe Ortiz

Relator